

APRESENTAÇÃO

A Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo chega ao seu 17º volume com os escopos de contribuir para as reflexões necessárias nesse momento tão singular da humanidade e aperfeiçoar ainda mais a qualidade de suas publicações.

A Diretoria da ESMP manteve seu compromisso e seriedade com a Instituição, apoiando todas as iniciativas de melhoria da RJESMPSP, não apenas para fins de classificação na CAPES, mas para que a Revista pudesse de fato contribuir com a atuação do MPSP e, especialmente, com a disseminação do conhecimento e cultura jurídicos.

O mérito da nossa tarefa decorre do esforço coletivo da Diretoria e dos servidores que constroem há anos esta Revista, os quais são os verdadeiros responsáveis pela qualidade e pelo rigor na gestão do processo de avaliação e de publicação dos artigos, por meio de cuidadosa revisão e atentos aos critérios rigorosos do Qualis/CAPES.

Para a obtenção da excelência da nossa revista, a ESMP permanece atenta aos recentes debates na modificação da avaliação de periódicos, o que nos impulsionou a iniciar todos os trâmites burocráticos para a inserção de registros internacionais DOI (Digital Object Identifier) nos artigos. Assim, tornar-se-á mais eficaz a aferição de impacto dos nossos textos e viabilizar-se-á a indexação da Revista nas principais bases de consultas. Também fortalecemos nosso corpo de pareceristas com novos integrantes, por intermédio da publicação de edital de chamamento de interessados, atualizamos o sistema de recepção de artigos adotando a última versão da Open Journal Systems e mudamos a hospedagem da Revista para um servidor do próprio MPSP, mais seguro e econômico.

Abrimos nossa Revista com "Sistema Acusatório, pacote anticrime e o anacrônico artigo 385 do Código de Processo Penal: anotações sobre a (im)possibilidade de condenação no processo penal sem prévio pedido pelo órgão do Ministério Público" de Flávio Eduardo Turessi, uma pesquisa importante para a defesa do devido processo legal e, consequentemente, primordial para a defesa do Estado Democrático de Direito, na qual o autor sustenta, sob o espectro do sistema acusatório, a impossibilidade de condenação sem prévio pedido do Ministério Público.

O artigo "Revalorização da vítima no processo penal, efetividade da tutela e hermenêutica constitucional: em busca da (ampla) legitimidade do Ministério Público para requerer medidas assecuratórias" de Rafael de Oliveira Costa e Gabriel Marson Junqueira propõe a legitimidade do Ministério Público para requerer o arresto e a hipoteca legal não apenas nas hipóteses em que existe interesse da Fazenda Pública ou em que o ofendido seja pobre, mas em todas as causas em que atua, o que contribuiria para a reparação dos danos e auxiliaria no processo de revalorização das vítimas no âmbito do processo penal.

Juan Biazevic em "Criminalizando imoralidades: a constitucionalidade do crime de porte de entorpecentes para uso" analisa a alegação de que a proibição do porte de entorpecentes para uso próprio seria inconstitucional por violação aos direitos de liberdade e de intimidade. O autor analisa se é plausível, sob o prisma da moral crítica, proibir condutas incapazes de gerar danos a terceiros, porém causadoras de violação a valores morais compartilhados pelo grupo social.

Lourdes Miguel Sáez, em "La mediación policial y su repercusión jurídico-penal: perspec-

APRESENTAÇÃO

tivas y desafios", por meio da ideia de mediação policial, propõe uma reorganização tanto da polícia quanto da sua relação com a população, oportunizando uma nova concepção de segurança pública e de pacificação social.

Em "Omissão imprópria como fundamento da responsabilização penal do Compliance Officer pelo crime de lavagem de capitais", Zacarias Alves de Araújo Neto e Débora Passos da Costa analisam se a omissão imprópria é fundamento idôneo para responsabilizar o compliance officer pelo crime de lavagem de capitais nas instituições financeiras.

Na pesquisa "As declarações de direitos e o seu distanciamento da realidade: reflexões a partir de um atentado terrorista", Gilvânklím Marques de Lima recorre a estudos filosóficos e criminológicos para analisar as raízes do terrorismo, reforçando a importância da efetivação dos direitos positivados e do combate às desigualdades socioeconômicas.

No artigo estrangeiro "De la intimidad territorial a la informativa: la defensa de la intimidad a través de sus manifestaciones constitucionales", os autores Juan José Lopez Ortega e Juan Manuel Alcoceba Gil tratam da necessária proteção da intimidade no processo penal espanhol.

Os benefícios que o habeas corpus eletrônico trouxe para o processo penal como um todo, possibilitando conjugar agilidade e garantismo penal, são discutidos no artigo "O habeas corpus eletrônico e sua relação com a modernização da administração pública (Poder Judiciário): uma análise de sua eficácia após a implementação do processo eletrônico pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo" de Válder Kenji Ishida.

Em "Operação Sevandija: um estudo das causas e consequências da corrupção" de Hermes Morais, uma pesquisa sobre os impactos da corrupção na comunidade, destaca-se a importância fundamental do Ministério Público para impedir que esse mal se mantenha como lugar-comum na política brasileira.

Por fim, o artigo "Turismo de pesca esportiva e ética no Direito Ambiental do Tucunaré-Açu (*Cichla temensis*) em Barcelos, na Amazônia brasileira" de Aisha Leandra Cornelio Tapia, Danilo Izel Uchoa e Denison Melo de Aguiar efetua uma análise da ética e da proteção dos direitos dos animais nos regulamentos que permitem a pesca esportiva do Tucunaré-Açu, discutindo sobre o contexto social e as implicações jurídicas e econômicas para a proteção integral da vida silvestre em rios amazonenses.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Paulo Sérgio de Oliveira e Costa
Diretor da Escola Superior do Ministério Público

Mylene Comploier
Editora Responsável